



**Standard
Gestão
de Activos**

PROSPECTO COMPLETO

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS FECHADO

STANDARD RENDIMENTO

15 de Abril de 2024



A autorização do Organismo de Investimento Colectivo (OIC) pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC) baseia-se em critérios de legalidade, não envolvendo por parte desta qualquer garantia quanto à suficiência, à veracidade, à objectividade ou à actualidade da informação prestada pela entidade responsável pela gestão no regulamento de gestão, nem qualquer juízo sobre a qualidade dos valores que integram o património do OIC.



ÍNDICE

PARTE I	5
REGULAMENTO DE GESTÃO DO OIC	5
CAPÍTULO I	5
INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O OIC, A ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E OUTRAS ENTIDADES	5
1. O OIC	5
2. A Entidade Responsável pela Gestão	5
3. As entidades Subcontratadas	6
4. O Depositário	6
5. As Entidades Comercializadoras	7
6. Os Peritos Avaliadores	8
7. O Auditor do OIC	8
8. Consultores de Investimento	8
CAPÍTULO II	8
POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PATRIMÓNIO DO OIC POLÍTICA DE RENDIMENTOS	8
1. Política de Investimento do OIC	8
3. Principais Riscos Associados ao Investimento	10
4. Valorização dos Activos	10
5. Exercício dos Direitos de Voto	12
6. Comissões e Encargos a Suportar pelo OIC	12
7. Regras de Determinação dos Resultados do OIC e a sua Afectação	13
8. Política de Distribuição de Rendimentos	13
CAPÍTULO III	13
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO E CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO, TRANSFERÊNCIA, RESGATE OU REEMBOLSO	13
1. Características Gerais das Unidades de Participação	14
1.1. Definição	14
1.2. Forma de Representação	14
2. Valor da Unidade de Participação	14
2.1. Valor Inicial	14
2.2. Valor para Efeitos de Subscrição	14
2.3. Valor para Efeitos de Resgate	14
3. Condições de Subscrição e Resgate	14
3.1. Períodos de Subscrição e Resgate	14
3.2. Subscrições e Resgates em Numerário	14
4. Condições de Subscrição	14
4.1. Mínimos de Subscrição	14
4.2. Comissões de Subscrição	15
4.3. Data da Subscrição Efectiva	15



5. Condições de Resgate -----	15
5.1. Comissões de Resgate-----	15
5.2. Pré-aviso-----	15
5.3. Condições de Transferência -----	15
6. Condições de Suspensão das Operações de Subscrição e Resgate das Unidades de Participação	15
7. Admissão à Negociação -----	15
CAPÍTULO IV -----	16
DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES-----	16
CAPÍTULO V-----	16
CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO DO OIC E DE SUSPENSÃO DA EMISSÃO E RESGATE DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO-----	16
5.1. Liquidação do OIC-----	16
5.2. Suspensão da Emissão e do Resgate das Unidades de Participação -----	17
CAPÍTULO VI-----	17
FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS FECHADO-----	17
PARTE II -----	17
INFORMAÇÃO ADICIONAL LEGALMENTE EXIGIDA (ANEXO II / ANEXO III DO REGIME JURÍDICO DOS ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO)-----	17
CAPÍTULO I-----	17
OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E OUTRAS ENTIDADES-----	17
1. Outras Informações sobre a Standard Gestão de Activos-----	17
2. Autoridade de Supervisão -----	18
CAPÍTULO II -----	18
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO -----	18
1. Valor da Unidade de Participação -----	18
2. Consulta da Carteira -----	18
3. Documentação -----	18
4. Relatório e Contas-----	18
CAPÍTULO III -----	18
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS RESULTADOS DO OIC-----	18
CAPÍTULO IV -----	19
PERFIL DO INVESTIDOR A QUE SE DIRIGE O OIC -----	19
CAPÍTULO V-----	19
REGIME FISCAL -----	19
1. Tributação dos Rendimentos obtidos pelo OIC -----	19
2. Tributação dos Rendimentos Obtidos pelos Participantes -----	19

**PARTE I
REGULAMENTO DE GESTÃO DO OIC**

CAPÍTULO I

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O OIC, A ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E OUTRAS ENTIDADES

1. O OIC

- (i) O OIC adopta a denominação **Standard Rendimento** (adiante designado apenas por “**OIC**” ou “**Fundo**”);
- (ii) O OIC constitui-se como Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado;
- (iii) A constituição do OIC foi autorizada pela Comissão do Mercado de Capitais (adiante “**CMC**”) em 18 de Dezembro de 2023, e tem duração de 3 (três) anos;
- (iv) Ao OIC foi atribuído o número de registo 05/DSOIC-FEIVMF/CMC/2023;
- (v) O OIC iniciou a sua actividade em 15 de Março de 2024;
- (vi) A data da última actualização do prospecto foi 15 de Março de 2024;
- (vii) O número de participantes do OIC, à data de 15 de Março de 2024, é de 125 (cento e vinte e cinco);
- (viii) É intenção do Fundo ter uma maturidade de 3 (três) anos a contar da data da sua constituição, com vencimento no dia 15 de Março de 2027;
- (ix) Ao Fundo foi atribuído o Número de Identificação Fiscal 5001768662;
- (x) O OIC é denominado em Kwanza.

2. A Entidade Responsável pela Gestão

- (i) O OIC é gerido pela **Standard Gestão de Activos – SGOIC, (SU), S.A.**, com sede no Empreendimento Inara Business Park & Gardens, Edifício Sanlam, Torre 2, Piso 7.º, Via A2, Distrito Urbano de Talatona, Município de Talatona, Luanda – Angola (adiante designada apenas por “**Standard Gestão de Activos**” ou “**Sociedade Gestora**”);
- (ii) A Standard Gestão de Activos é uma sociedade anónima unipessoal cujo capital social, integralmente subscrito e realizado, é de Kz 900 000 000,00 (novecentos milhões de Kwanzas);
- (iii) A Standard Gestão de Activos foi constituída em 17 de Maio de 2023 e encontra-se registada na CMC como intermediário financeiro autorizado desde 13 de Setembro de 2023;
- (iv) Actualmente, a Standard Gestão de Activos não tem sob sua gestão quaisquer Fundos, sendo este o primeiro;
- (v) No exercício da sua função na qualidade de entidade gestora e representante legal do Fundo, a Standard Gestão de Activos actua por conta dos participantes e no interesse exclusivo destes, competindo-lhe, em geral, a prática de todos os actos e operações necessários à boa administração do Fundo. Adicionalmente, compete-lhe, para além das demais funções que lhe são conferidas por lei, pela regulamentação ou pelo regulamento de gestão, designadamente:
 - a. Praticar os actos e operações necessários à boa concretização da política de investimento, incluindo a selecção dos activos para integrar a carteira do Fundo, a aquisição e a alienação dos activos do mesmo;
 - b. Celebrar os negócios jurídicos e realizar todos os actos e operações necessários à execução da política de investimento do Fundo;



- c. Exercer ou diligenciar para que sejam exercidos todos os direitos decorrentes do património e das actividades do Fundo;
- d. Avaliar a carteira e determinar o valor das unidades de participação do Fundo;
- e. Observar e controlar a observância das normas aplicáveis, dos documentos constitutivos do Fundo e dos contratos celebrados no âmbito do mesmo;
- f. Proceder ao registo dos participantes do Fundo;
- g. Comercializar as unidades de participação do Fundo;
- h. Manter os activos financeiros e as modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo depositados, registados ou em conta de depósito, directamente em nome do Fundo, segregada da conta da entidade gestora, centralizada numa única entidade autorizada para o exercício da actividade pela CMC;
- i. Solicitar, se for o caso, a admissão à negociação das unidades de participação do Fundo em mercado regulamentado;
- j. Manter serviço de atendimento aos participantes, o qual é responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, devendo os contactos constar dos documentos constitutivos e publicitários disponibilizados àqueles;
- k. Observar as disposições constantes do regulamento de gestão do Fundo;
- l. Efectuar as operações adequadas à execução da política de distribuição dos resultados prevista no regulamento de gestão do Fundo;
- m. Proceder ao registo ou depósito das unidades de participação representativas do Fundo não integradas em sistema centralizado;
- n. Garantir o cumprimento dos deveres de informação estabelecidos por lei, pela regulamentação ou pelo regulamento de gestão do Fundo;
- o. Emitir e resgatar unidades de participação do Fundo;
- p. Conservar toda a documentação respeitante à gestão do Fundo.

3. As entidades Subcontratadas

- (i) **Entidades Subcontratadas pela Sociedade Gestora para a Prestação de Serviços Incluídos nas Funções (de Gestão de Investimentos ou Administrativas) Impostas Legalmente à Entidade Responsável pela Gestão**

N/A.

- (ii) **Serviços Objecto de Subcontratação**

N/A.

4. O Depositário

- (i) A entidade depositária dos activos do OIC é o **Standard Bank de Angola, S.A.** (adiante designado por “**Banco**” ou “**Depositário**”), com sede no Inara Business Park & Gardens, Torre 1, Via A2, Distrito Urbano de Talatona, Município de Talatona, Luanda – Angola, com o capital social integralmente subscrito e realizado de Kz 21 000 000 000,00 (vinte e um mil milhões de Kwanzas) e registado na CMC como intermediário financeiro desde 7 de Abril de 2015, sob o n.º 02/AI/CMC/04-2015;
- (ii) O Depositário, no exercício das suas funções, age de modo independente e no exclusivo interesse

dos participantes e está sujeito, nomeadamente, aos seguintes deveres:

- a. Cumprir a lei, a regulamentação, o regulamento de gestão, os demais documentos constitutivos do Fundo e os contratos celebrados no âmbito do mesmo;
 - b. Assumir uma função de vigilância e garantia, perante os participantes, do cumprimento da lei, da regulamentação e do regulamento de gestão do Fundo, especialmente no que se refere à política de investimentos e ao cálculo do valor patrimonial das unidades de participação;
 - c. Proceder à guarda dos activos do Fundo;
 - d. Receber em depósito ou inscrever em registo os activos do Fundo;
 - e. Efectuar todas as aquisições, alienações ou exercício de direitos relacionados com os activos do Fundo de que a Sociedade Gestora o incumba, salvo se forem contrários à lei, à regulamentação, ao regulamento de gestão ou aos demais documentos constitutivos do Fundo;
 - f. Assegurar que, nas operações relativas aos activos que integram a carteira do Fundo, a contrapartida lhe é entregue nos prazos conforme à prática do mercado;
 - g. Verificar a conformidade da situação e de todas as operações sobre os activos do Fundo com a lei, a regulamentação, o regulamento de gestão e os demais documentos constitutivos do Fundo;
 - h. Executar as instruções da Sociedade Gestora, salvo se forem contrárias à lei, à regulamentação ou ao regulamento de gestão do Fundo;
 - i. Pagar aos participantes os rendimentos das unidades de participação e o valor do resgate, reembolso ou produto da liquidação do Fundo;
 - j. Elaborar e manter actualizada a relação cronológica de todas as operações realizadas a favor do Fundo;
 - k. Elaborar mensalmente o inventário discriminado dos valores à sua guarda;
 - l. Fiscalizar e garantir, perante os participantes, o cumprimento da lei, da regulamentação, do regulamento de gestão e dos demais documentos constitutivos do Fundo, designadamente no que se refere:
 - À política de investimentos;
 - À aplicação dos rendimentos do Fundo;
 - Ao cálculo do valor, à emissão, ao resgate e reembolso das unidades de participação.
- (iii) A substituição do Depositário (deve ser comunicada à CMC, tornando-se efectiva 15 dias após a sua recepção, podendo a CMC, neste período, deduzir oposição) não depende de autorização da CMC e o mesmo apenas cessará as suas funções com o início de funções de um novo Depositário; e
- (iv) A substituição prevista na alínea anterior poderá ocorrer sempre que se verifique uma das seguintes situações: fusão, cisão ou transformação noutro Fundo, por qualquer prejuízo por eles sofrido em resultado do incumprimento das suas obrigações, podendo a responsabilidade perante os participantes ser invocada directamente ou através da Sociedade Gestora.

5. As Entidades Comercializadoras

- (i) A responsabilidade pela colocação das unidades de participação do OIC junto dos investidores cabe às seguintes entidades:
 - a. **Standard Bank de Angola, S.A.**, com sede no Inara Business Park & Gardens, Torre 1, Via

- A2, Distrito Urbano de Talatona, Município de Talatona, Luanda – Angola;
- b. **Standard Gestão de Activos – SGOIC, (SU), S.A.**, com sede no Empreendimento Inara Business Park & Gardens, Edifício Sanlam, Torre 2, Piso 7.º, Via A2, Distrito Urbano de Talatona, Município de Talatona, Luanda – Angola;
 - c. **ÁUREA – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A.**, com sede na Rua Major Marcelino Dias, Edifício ICON 2014, 8.º Andar, Bairro Maculusso, Distrito Urbano das Ingombotas, Luanda – Angola; e
 - d. **Lwei Mansa Musa Brokers – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S.A.**, com sede Rua Major Kanhangulo, n.º 25/30-Edifício (Zuid 1250), Luanda – Angola.
- (ii) As unidades de participação do Fundo são comercializadas em todos os Balcões do Standard Bank de Angola, S.A., através do Portal do Cliente da Standard Gestão de Activos – SGOIC, (SU), S.A., pelos canais definidos pela ÁUREA – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A. e pela Lwei Mansa Musa Brokers – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S.A.

6. Os Peritos Avaliadores

N/A.

7. O Auditor do OIC

O Auditor do OIC é a Crowe Angola – Auditores e Consultores, S.A., com sede na Torre Ambiente, Rua Major Kanhangulo, 1.º Andar, Luanda – Angola, com o capital social integralmente subscrito e realizado de Kz 4 709 560,00 (quatro milhões setecentos e nove mil quinhentos e sessenta Kwanzas), titular do Número de Identificação Fiscal 5417042617 e registado na CMC como auditor externo desde 21 de Novembro de 2017, sob o n.º 006/SAE/DSOICE/CMC/11-2017.

8. Consultores de Investimento

A Sociedade Gestora não recorre a consultores externos para a gestão do Fundo.

CAPÍTULO II

POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PATRIMÓNIO DO OIC | POLÍTICA DE RENDIMENTOS

1. Política de Investimento do OIC

1.1. Política de Investimento

O principal objectivo do Fundo é de ser uma alternativa de diversificação de carteira para os investidores, proporcionando rentabilidade competitiva comparativamente as aplicações tradicionais de curto prazo, os depósitos bancários oferecidos pela Banca Nacional.

A política de investimento do Fundo consiste no investimento do capital em oportunidades detectadas que surjam nos mercados monetário e de capitais angolano.

A carteira do Fundo poderá ser constituída pelos seguintes activos, nomeadamente:

- a) Obrigações do tesouro e títulos de dívida corporativa;
- b) Activos de curto prazo (nomeadamente certificados de depósito, depósitos, operações de reporte, papel comercial, bilhetes do tesouro e títulos do Banco Central);
- c) Unidades de participação de Fundos de Investimento Mobiliário.

Dada a sua natureza, o Fundo não está sujeito a qualquer limite de investimento, no entanto, a Sociedade Gestora está limitada ao investimento em activos do Mercado Monetário e do Mercado de Capitais, tendo por base o seguinte:

- a) Não existem limites de distribuição dos activos da carteira do OIC;
- b) O Fundo não fará investimentos em acções;
- c) O Fundo não pode investir em activos que acarretem risco cambial;
- d) O Fundo pretende realizar as suas aplicações exclusivamente no mercado angolano;
- e) O Fundo pretende ser de subscrição pública; e
- f) Não está prevista a distribuição de rendimentos aos investidores no horizonte de funcionamento do Fundo, sendo incorporado ao património do Fundo todos os rendimentos gerados pelos seus activos financeiros.

1.2. Mercados

A Standard Gestão de Activos, na qualidade de Sociedade Gestora, pretende direccionar e/ou realizar os investimentos do Fundo no mercado angolano.

1.3. Parâmetro de Referência (Benchmark)

N/A.

1.4. Política de Execução de Operações e da Política de Transmissão de Ordens

1.4.1.1. Execução nas Melhores Condições

Na execução de operações, a Standard Gestão de Activos emprega os melhores esforços para o alcance dos melhores resultados na execução de ordens, adoptando as melhores práticas aceites internacionalmente.

1.4.1.2. Factores e Critérios para a Transmissão de Ordens nas Melhores Condições

As ordens serão dadas pela Standard Gestão de Activos, com observância rigorosa da política de investimento do Fundo e das recomendações emanadas do Comité de Investimentos.

As ordens serão transmitidas a um intermediário financeiro devidamente autorizado pela CMC, seleccionado mediante critérios de avaliação definidos pela Standard Gestão de Activos.

No âmbito da recepção e execução de ordens, a Standard Gestão de Activos obriga-se a cumprir todos os deveres previstos no Código dos Valores Mobiliários e na legislação complementar aplicável em vigor.

1.5. Limites Legais ao Investimento

Sendo o OIC um Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado, não se aplica qualquer um dos limites e requisitos de composição e diversificação da sua carteira previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 101.º e no artigo 103.º, ambos do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo (adiante “RJOIC”), aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro.

1.6. Características Especiais do OIC

N/A.

2. Instrumentos Financeiros Derivados, Reportes e Empréstimos

O OIC pode investir em Operações de Reporte com o objectivo de incrementar a rentabilidade da carteira.

3. Principais Riscos Associados ao Investimento

O OIC, enquanto veículo de investimento, aplica o capital dos diversos investidores numa carteira diversificada de activos financeiros e, portanto, está sujeito aos riscos que estes activos acarretam, podendo influenciar o valor do Fundo.

O principal risco a que o OIC está exposto é o Risco de Crédito, que consiste na possibilidade de inadimplência ou diminuição da capacidade de pagamento dos emissores dos activos nos quais o fundo investe.

Outros riscos a ter em consideração são:

- a) **Risco de Mercado:** flutuações nos preços de mercado dos activos subjacentes, tais como títulos e outros valores mobiliários que podem ser influenciadas por eventos económicos, políticos e outros factores externos;
- b) **Risco de Liquidez:** dificuldades em vender certos activos a preços favoráveis, especialmente em momentos de turbulência do mercado;
- c) **Risco Regulatório:** alterações nas leis e regulamentos que regem os investimentos que podem afetar a estrutura e operação do fundo;
- d) **Risco de Contraparte:** possibilidade de uma das partes envolvidas na transacção não cumprir com as suas obrigações, conforme acordo estabelecido; e
- e) **Risco Operacional:** associado as falhas ou deficiências em processos, decorrentes de erros humanos, falha de sistemas ou outros eventos externos.

4. Valorização dos Activos

4.1. Momento de Referência da Valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente, nos dias úteis, pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação subscritas.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

O valor das unidades de participação será calculado às 16h00, sendo este o momento de referência para o cálculo.

A valorização dos valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência.

Os instrumentos de mercado monetário, sem instrumentos derivados incorporados, serão valorizados de acordo com o modelo de custo amortizado.

4.2. Métodos de Avaliação

São utilizados os seguintes métodos de valorização da carteira do OIC:



- a) **Market-to-market:** consiste na avaliação dos activos e passivos com base nos seus preços de mercado actuais; e
- b) **Market-to-model:** consiste na utilização de metodologia própria no caso da ausência de preços de mercado representativos.

4.3. Regras de Valorimetria e Cálculo do Valor da Unidade de Participação

- a) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transacção as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados liquidadas até ao momento de referência;
- b) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados será feita com base no preço de fecho ou preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado conhecido no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos quinze dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização;
- c) Caso os preços praticados em mercado regulamentado não sejam considerados representativos, são aplicados os preços resultantes da aplicação de critérios referidos na alínea e);
- d) Tratando-se de instrumentos do mercado monetário ou equiparados (com maturidade residual inferior a um ano, aquando da sua aquisição), sem instrumentos financeiros derivados incorporados é adoptado o modelo do custo amortizado;
- e) Os valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados negociados em mercado regulamentado que não sejam transaccionados nos quinze dias que antecedem a respectiva avaliação são equiparados a instrumentos financeiros não negociados em mercado para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte;
- f) A valorização de valores mobiliários e outros instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados será feita considerando toda a informação relevante sobre o emissor, as condições de mercado vigentes no momento de referência da avaliação e tendo em conta o justo valor desses instrumentos. Para esse efeito, a Sociedade Gestora adopta os seguintes critérios:
 - i. o valor médio das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas; ou
 - ii. na impossibilidade de aplicação da subalínea anterior, a Sociedade Gestora adoptará modelos teóricos de avaliação que considere mais apropriados atendendo às características dos instrumentos financeiros, independentes, utilizados e reconhecidos nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência aos valores de mercado.
- g) Apenas são elegíveis para efeitos da alínea anterior:
 - i. As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade gestora;
 - ii. As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na alínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- h) As unidades de participação de organismos de investimento colectivo são avaliadas ao último valor divulgado ao mercado pela respectiva entidade responsável pela gestão, desde que a data de divulgação do mesmo não diste mais de três meses da data de referência;
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação nos termos do disposto na alínea d) *supra*.

5. Exercício dos Direitos de Voto

N/A.

6. Comissões e Encargos a Suportar pelo OIC

A tabela abaixo indica todos os encargos a ser suportado pelo OIC:

Tabela de Custos Imputáveis ao Fundo e aos Participantes

Custos	Descrição
Imputáveis directamente ao Participante	
Comissão de Subscrição	Isento
Comissão de Resgate	Isento
Imputáveis directamente ao Fundo	
Comissão de Gestão (a.a)	1,60% sobre o VLG antes de comissões
Comissão de Depósito (a.a)	0,20% sobre o VLG antes de comissões, acrescida dos impostos em vigor
Taxa de Supervisão (Semestral)	Kz 871 560,00 + 0,007% (do montante de todos os activos compõem a carteira, não podendo a colecta ser superior a Kz 13 000 770,00)
Admissão à Negociação das Unidades de Participação (UP) no Mercado de Bolsa de Unidades de Participação (MBUP)	0,05% (mínimo Kz 875 000,00)
Manutenção em Negociação das Unidades de Participação (UP) no Mercado de Bolsa de Unidades de Participação (MBUP)	0,05% (mínimo Kz 875 000,00)
Custos com o registo do Fundo na CMC	Kz 1 625 298,00 (cfr. al. g) do ponto 1 do Anexo ao Decreto Presidencial n.º 209/22, de 23 de Julho), acrescido do custo com a emissão da Certidão de Registo (Kz 24 565,08 – cfr. al. c) do ponto 13 do Anexo ao Decreto Presidencial n.º 209/22, de 23 de Julho)

Por se tratar de um Fundo de subscrição pública, o mesmo está sujeito aos custos associados à conta de registo individualizado (vulgarmente designada por “**Conta CEVAMA®**”), incluindo o registo/integração das unidades de participação na CEVAMA®.

6.1. Comissão de Gestão

- (i) Valor da comissão: 1,6% ao ano;

- (ii) Modo de cálculo da comissão: $(1,60\% * 1 * \text{VLG antes das comissões})/365$;
- (iii) Condições de cobrança da comissão: cobrada numa periodicidade trimestral e postecipadamente, calculada diariamente sobre o Valor Líquido Global (VLG) antes de comissões.

Entende-se por Valor Líquido Global (VLG) antes de comissões, o total das aplicações, mais os juros a receber, mais outros activos e menos os empréstimos, os juros a pagar, as provisões para encargos e outros passivos.

6.2. Comissão de Depósito

- (i) Valor da comissão: 0,20% ao ano;
- (ii) Modo de cálculo da comissão: $(0,20\% * 1 * \text{VLG antes das comissões})/365$;
- (iii) Condições de cobrança da comissão: cobrada numa periodicidade trimestral e postecipadamente, calculada diariamente sobre o Valor Líquido Global (VLG) antes de comissões. À comissão de depósito acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa em vigor.

6.3. Outros Encargos

Para além dos encargos acima mencionados, o Fundo suportará ainda as despesas decorrentes da compra e venda de activos da sua carteira e outras inerentes à sua gestão, tais como as comissões de mercados regulamentados ou outras plataformas de negociação, custos de auditoria, encargos legais, fiscais e despesas relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros a prazo e a realização de operações de empréstimo e reporte, outros encargos documentados efectuados no cumprimento das obrigações legais, custos com a produção de relatórios e contas e outros reportes que lhe sejam obrigatórios por lei. Designadamente:

Encargos fiscais imputáveis ao Fundo:

- a) Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa de 14%, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 3.º da Lei n.º 7/19, de 24 de Abril, que aprova o Código do IVA;
- b) Imposto Industrial à taxa liberatória de 10% ao ano, nos termos do Código dos Benefícios Fiscais (CBF), aprovado pela Lei n.º 8/22, de 14 de Abril.

7. Regras de Determinação dos Resultados do OIC e a sua Afectação

Para efeitos de determinação e reporte de resultados, o Fundo adoptará o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo aprovado pela CMC e toda legislação complementar aplicável.

A afectação de resultados ocorrerá na data de dissolução ou de liquidação do Fundo.

8. Política de Distribuição de Rendimentos

Por se tratar de um Fundo de capitalização, não haverá lugar à distribuição dos rendimentos provenientes dos proveitos líquidos das suas aplicações.

CAPÍTULO III

UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO E CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO, TRANSFERÊNCIA, RESGATE OU REEMBOLSO

1. Características Gerais das Unidades de Participação

1.1. Definição

O património do Fundo é representado por partes de conteúdo idêntico sem valor nominal designadas por unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores.

1.2. Forma de Representação

As unidades de participação são nominativas e adoptam a forma escritural para efeitos de subscrição e de resgate.

2. Valor da Unidade de Participação

2.1. Valor Inicial

Para efeitos de constituição do Fundo, o valor da Unidade de Participação é de Kz 50 000,00 (cinquenta mil Kwanzas).

2.2. Valor para Efeitos de Subscrição

Para efeitos de subscrição, o valor da Unidade de Participação é de Kz 50 000,00 (cinquenta mil Kwanzas).

2.3. Valor para Efeitos de Resgate

Para efeitos de resgate, o valor da unidade de participação é o valor da unidade de participação apurado na última valorização da carteira e que tenha sido validado pelo auditor externo (após maturidade ou dissolução do Fundo), pelo que o mesmo é efectuado a preço desconhecido.

3. Condições de Subscrição e Resgate

3.1. Períodos de Subscrição e Resgate

O período de subscrição inicialmente previsto é de 90 (noventa) dias a contar da data de aprovação do Fundo.

A subscrição assume-se, em cada momento, como efectiva, quando a importância paga é integrada no activo do Fundo.

Tratando-se de um OIC Fechado, não são permitidos resgates antecipados, logo o período de resgate ocorrerá na data de liquidação do Fundo, nos termos do disposto no artigo 62.º do Regulamento n.º 4/14, de 30 de Outubro, sobre os Organismos de Investimento Colectivo.

3.2. Subscrições e Resgates em Numerário

As subscrições e resgates serão sempre em numerário.

4. Condições de Subscrição

4.1. Mínimos de Subscrição

O montante mínimo estabelecido para efeitos de subscrição inicial é de Kz 250 000,00 (duzentos e cinquenta mil Kwanzas), correspondente a 5 (cinco) unidades de participação.

Por se tratar de um OIC Fechado, não são permitidas subscrições subsequentes.

4.2. Comissões de Subscrição

Não está prevista a cobrança da comissão de subscrição.

4.3. Data da Subscrição Efectiva

A subscrição assume-se, em cada momento, como efectiva, quando a importância paga é integrada no activo do Fundo, ou seja, na data de débito da conta do Participante para a conta do Fundo.

5. Condições de Resgate

5.1. Comissões de Resgate

Não está prevista a cobrança de qualquer comissão de resgate.

5.2. Pré-aviso

N/A.

5.3. Condições de Transferência

N/A.

6. Condições de Suspensão das Operações de Subscrição e Resgate das Unidades de Participação

A CMC, por iniciativa própria ou mediante solicitação da Sociedade Gestora, pode, sempre que ocorram circunstâncias excepcionais susceptíveis de perturbarem a normal actividade do Fundo ou de porem em risco os legítimos interesses dos participantes, determinar a suspensão da subscrição ou do resgate das unidades de participação do Fundo, a qual produz efeitos imediatos relativamente a todos os pedidos de resgate que, no momento da notificação da suspensão, não tenham sido satisfeitos.

A Sociedade Gestora poderá suspender as operações de Subscrição de unidades de participação sempre que se venha a verificar uma das seguintes situações:

- a) Fim do prazo previsto (ponto 3.1 do Capítulo III) para subscrição das unidades de participação do Fundo;
- b) Alcançado o montante máximo previsto para o Fundo.

A Sociedade Gestora poderá ainda suspender as operações de resgate ou de emissão das unidades de participação sempre que o interesse dos participantes o aconselhe.

Decidida a suspensão, a Sociedade Gestora promoverá, logo que possível, à divulgação massiva de um aviso destinado a informar os participantes sobre a situação de suspensão e a sua duração, através dos canais previstos para a comercialização das unidades de participação do Fundo.

As suspensões previstas nos parágrafos anteriores e as razões que as determinaram deverão ser imediatamente comunicadas pela Sociedade Gestora à CMC.

7. Admissão à Negociação

A Sociedade Gestora pretende solicitar autorização com vista à admissão à negociação das unidades de participação do Fundo em mercado regulamentado.

CAPÍTULO IV

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES

- (i) Os participantes têm direito, nomeadamente a:
- a. Obter, com suficiente antecedência relativamente à subscrição, o regulamento de gestão e os prospectos completo e simplificado;
 - b. Obter, num suporte duradouro ou através de um sítio da *internet*, os prospectos completo e simplificado e os relatórios e contas anual e semestral, gratuitamente, junto da Sociedade Gestora e da (s) entidade (s) comercializadora (s), qualquer que seja a modalidade de comercialização do Fundo, os quais serão facultados em suporte de papel aos participantes que os requeiram;
 - c. Subscrever e resgatar as unidades de participação nos termos da lei e das condições constantes dos documentos constitutivos do Fundo, indicando que nos casos em que se verifique um aumento global das comissões de gestão e de depósito a suportar pelo Fundo ou uma modificação significativa da política de investimento e das políticas de distribuição de rendimentos, os participantes podem proceder ao resgate das unidades de participação sem pagar a respectiva comissão até à entrada em vigor das alterações;
 - d. Receber o montante correspondente ao valor do resgate, do reembolso ou do produto da liquidação das unidades de participação;
 - e. A ser ressarcido pela Sociedade Gestora dos prejuízos sofridos, sem prejuízo do exercício do direito de indemnização que lhes seja reconhecido, nos termos gerais de direito, sempre que em consequência de erros que lhe sejam imputáveis e ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor das unidades de participação do Fundo, a diferença entre o valor que deveria ter sido apurado de acordo com as normas aplicáveis e o valor efectivamente utilizado nas subscrições e resgate seja igual ou superior a 0,15% do valor da unidade de participação.
- (ii) A subscrição de unidades de participação do OIC implica a aceitação do disposto nos seus documentos constitutivos e confere à Standard Gestão de Activos os poderes necessários para realizar os actos de administração do mesmo.

CAPÍTULO V

CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO DO OIC E DE SUSPENSÃO DA EMISSÃO E RESGATE DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Liquidação do OIC

Se os interesses dos participantes o exigirem, a Sociedade Gestora poderá decidir proceder à dissolução, liquidação e partilha do Fundo.

Em caso afirmativo, a decisão acima referida deve ser imediatamente comunicada à CMC e objecto imediato de aviso ao público através do sistema de difusão de informação da Sociedade Gestora e da CMC, bem como de afixação em todos os locais de comercialização das unidades de participação pela (s) respectiva (s) entidade (s) comercializadora (s).

A dissolução do Fundo produz efeitos desde a publicação ou desde a comunicação da decisão da CMC, conforme o caso.

A dissolução determina a imediata suspensão da subscrição e do resgate das unidades de participação do Fundo e, no caso de admissão à negociação em mercado regulamentado, a imediata exclusão de negociação.

O prazo de liquidação do património do Fundo não deve exceder 30 (trinta) dias a contar da dissolução, salvo mediante autorização da CMC.

5.2. Suspensão da Emissão e do Resgate das Unidades de Participação

A Sociedade Gestora poderá, após acordo com o Depositário, solicitar a suspensão das operações de subscrição ou resgate das unidades de participação do Fundo, sempre e quando ocorram situações excepcionais susceptíveis de colocar em risco os legítimos interesses dos participantes.

CAPÍTULO VI

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS FECHADO

- (i) O OIC possui um total de 163 739 (cento e sessenta e três mil, setecentos e trinta e nove) unidades de participação;
- (ii) O registo do OIC foi autorizado pela CMC em 18 de Dezembro de 2023;
- (iii) O OIC terá uma maturidade de 3 (três) anos a contar da data da sua constituição;
- (iv) As unidades de participação do OIC poderão ser admitidas à negociação em mercado regulamentado, mediante solicitação da Sociedade Gestora à respectiva entidade gestora;
- (v) O OIC poderá ser prorrogado, mediante solicitação da Sociedade Gestora à CMC, desde que a sua prorrogação seja do pleno interesse dos participantes;
- (vi) O prazo de subscrição das unidades de participação do OIC é de 90 (noventa e oitenta) dias;
- (vii) O montante mínimo estabelecido para efeitos de subscrição inicial é de Kz 250 000,00 (duzentos e cinquenta mil Kwanzas), correspondente a 5 (cinco) unidades de participação;
- (viii) A subscrição das unidades de participação assume-se, em cada momento, como efectiva, quando a importância paga é integrada no activo do OIC; e
- (ix) Por se tratar de um Fundo Fechado, não são permitidos resgates antecipados.

PARTE II

INFORMAÇÃO ADICIONAL LEGALMENTE EXIGIDA (ANEXO II / ANEXO III DO REGIME JURÍDICO DOS ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO)

CAPÍTULO I

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E OUTRAS ENTIDADES

1. Outras Informações sobre a Standard Gestão de Activos

(i) Órgãos Sociais

Accionista Único: Standard Holdings Angola, S.A.

Conselho de Administração:

Presidente: Eduardo Miguel Massena Clemente

Vogais: António Manuel Antunes Domingues da Silveira Catana

Yandi Nkrumah da Cruz Carlos

Órgão de Fiscalização:

Presidente: Donald Carmo Calunda Lisboa
Vogais: Fernando Jorge Teixeira Hermes
Eduardo Quental Avelino Bango
Suplentes: Pereira Carlos Mendonça
Manuel Jamba Lohoca

(ii) Enquadramento Societário

A Standard Gestão de Activos integra o Standard Bank Group, sendo detida a 100% pela Standard Holdings Angola, S.A.

(iii) Contactos para Obtenção de Esclarecimentos Adicionais

Telefone: (+244) 226 436 231

E-mail: geral@standardga.co.ao

2. Autoridade de Supervisão

A Autoridade de Supervisão do Fundo é a Comissão do Mercado de Capitais.

**CAPÍTULO II
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

1. Valor da Unidade de Participação

Disponível diariamente no *website* da Standard Gestão de Activos – SGOIC, (SU), S.A. (www.standardga.co.ao).

2. Consulta da Carteira

Disponível diariamente no Portal do Cliente da Standard Gestão de Activos – SGOIC, (SU), S.A.

3. Documentação

Disponível diariamente no *website* da Standard Gestão de Activos – SGOIC, (SU), S.A. (www.standardga.co.ao).

4. Relatório e Contas

Os Relatórios e Contas anuais e semestrais do Fundo e respectivos relatórios do Auditor Externo registado na CMC, com referência a 31 de Dezembro e a 30 de Junho, são disponibilizados, no primeiro caso, nos quatro meses seguintes ao termo do exercício anterior e, no segundo, nos dois meses seguintes ao termo do semestre do exercício em www.standardga.co.ao.

**CAPÍTULO III
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS RESULTADOS DO OIC**

Por se tratar de um Fundo novo, não existem dados históricos.

CAPÍTULO IV

PERFIL DO INVESTIDOR A QUE SE DIRIGE O OIC

Pelas suas especificidades, o Fundo é destinado a todos os investidores, incluindo os de perfil conservador, que preferem investimentos em instrumentos com volatilidade reduzida e um retorno equilibrado.

Apesar de as unidades de participação do Fundo virem a ser admitidas à negociação em mercado regulamentado, o mesmo destina-se a investidores que possam aplicar as suas poupanças ao longo do prazo, sem necessidade de resgate antecipado, pois os preços disponíveis em mercado podem não ser os desejados.

CAPÍTULO V

REGIME FISCAL

O regime fiscal que a seguir se descreve respeita ao regime fiscal em vigor na data do Prospecto em Angola e assenta na interpretação da Standard Gestão de Activos sobre o mesmo.

O regime fiscal aplicável aos rendimentos ou às mais-valias auferidos pelos investidores depende da legislação fiscal aplicável à situação do local onde o capital é investido.

Neste quadro, se os investidores não estiverem perfeitamente seguros acerca da sua situação fiscal, devem procurar um consultor profissional ou informar-se junto de organizações locais que prestem este tipo de informação.

A Standard Gestão de Activos alerta, ainda, o seguinte: a interpretação do regime fiscal descrito pode não coincidir com a interpretação realizada por outras entidades, nomeadamente a Administração Geral Tributária.

1. Tributação dos Rendimentos obtidos pelo OIC

Ao Fundo aplica-se o disposto no Código dos Benefícios Fiscais (CBF), aprovado pela Lei n.º 8/22, de 14 de Abril, abaixo resumido:

Os fundos de investimento de valores mobiliários são sujeitos passivos de Imposto Industrial à taxa liberatória de 10%. Este imposto incide sobre o lucro tributável que é constituído pelo lucro determinado com base nas normas contabilísticas aplicáveis, incluindo os rendimentos decorrentes de aplicações de capitais, deduzido dos eventuais proveitos e acrescido dos eventuais custos que decorram da valorização ou desvalorização potencial dos activos detidos, incluindo os decorrentes de constituições e reversões de provisões ou perdas por imparidade, acrescido das mais-valias e deduzido das menos-valias realizadas nesses activos.

2. Tributação dos Rendimentos Obtidos pelos Participantes

Os participantes dos OIC estão isentos do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) e Imposto Industrial sobre os rendimentos recebidos ou postos à sua disposição, nomeadamente resultantes de resgates, distribuições de rendimentos, bem como sobre as mais-valias ou menos-valias apuradas na alienação das unidades de participação do OIC.